

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.606 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 25 DE NOVEMBRO DE 2002

Célio Azevedo



Os senadores da Comissão de Justiça devem examinar restrições à publicação de pesquisas

Projeto limita a divulgação de pesquisa eleitoral

Proposta de emenda constitucional do senador Sérgio Machado restringe o período de divulgação de pesquisas eleitorais. A matéria pode ser votada este ano pela Comissão de Justiça.

PÁGINA 3

Fundo deve permitir reajuste maior do salário mínimo

PÁGINA 3

Educação examina aumento de recursos para o Fundef

O projeto de Paulo Souto que aumenta a contribuição da União para o Fundef deve ser votado amanhã pela Comissão de Educação. Se for aprovado, vai ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos.

PÁGINA 2

Plenário vota reforma da Justiça na quarta-feira

Proposta de emenda constitucional que reforma o Poder Judiciário começa a ser votada pelo Plenário do Senado nesta quarta-feira. O texto em exame foi intensamente debatido com membros do Judiciário, juristas e entidades de classe.

PÁGINA 3



Roosevelt Pinheiro

Os senadores examinam em primeiro turno a proposta, relatada por Bernardo Cabral, que altera a estrutura do Poder Judiciário

Pode cair a zero a alíquota do ICMS da cesta básica, segundo projeto que a Comissão de Assuntos Econômicos vota amanhã

Produtos da cesta básica podem ficar livres de ICMS

PÁGINA 3



Roque de Sá

Programa Interlegis chega a 2 mil municípios de todo o país

ENCARTE ESPECIAL

Para Nabor, demora nas reformas e alta da inflação preocupam o país

É grande a expectativa quanto às medidas do governo eleito para conter os preços e agilizar as mudanças nas legislações tributária, política, previdenciária e do Judiciário, diz senador

Na transição do atual para o próximo governo, duas questões vêm preocupando o senador Nabor Júnior (PMDB-AC): o crescimento da inflação e a demora na implementação das reformas tributária, política, previdenciária e do Judiciário. Sobre o processo inflacionário, Nabor observa, com base na história recente do país, que o momento de mudança governamental tem servido para que empresários, produtores e agentes econômicos promovam reajuste de preços.

No último mês do governo José Sarney, sucedido por Fernando Collor, o senador lembra que a inflação "disparou e chegou a quase 70%. Isso acontece hoje de novo", assinalou. Ele criticou, em



Período de mudança no governo tem sido usado para alta especulativa de preços, diz Nabor

especial, as freqüentes remarcações de preços dos alimentos, que já teriam levado a cesta básica a alcançar o valor do salário mínimo em vigor, ou seja, R\$ 200, sendo que no início do ano custava cerca de R\$ 120.

Segundo o parlamentar, o país vive uma grande expectativa sobre o que o novo governo irá fazer em favor da população. Essa expectativa em relação à derubada da inflação também se estenderia à postura do novo governo diante das reformas. A esperança de Nabor é de que pelo menos a do Judiciário seja aprovada ainda nesta legislatura. Sua votação pelo Plenário está prevista para esta semana. Um dos pontos de desta-

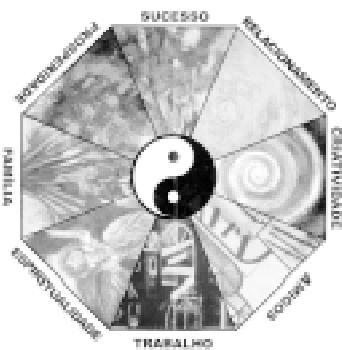
Genalbo Magela

que na proposta, na sua opinião, é a súmula vinculante, que atrela decisões das instâncias inferiores às dos tribunais superiores e deve ajudar a dar celeridade à Justiça.

Quanto à reforma tributária, o impedimento maior à sua aprovação, segundo Nabor, é a falta de consenso entre contribuintes, ansiosos por pagar menos tributos, e a relutância do poder público em aceitar possíveis perdas de arrecadação. Drama semelhante se estende às reformas previdenciária, que envolve uma queda-de-braço entre governo, contribuintes e beneficiários, e política, cujos itens mais controversos, para Nabor, são a fidelidade partidária e a cláusula de barreira para a representação na Câmara.

Benefícios do Feng Shui em exposição

A artista plástica e servidora da Casa Isabel Ferreira expõe pinturas e esculturas que têm como tema os benefícios que a técnica chinesa Feng Shui pode trazer para a harmonização de ambientes. Os trabalhos estarão à mostra no Espaço Cultural Ivandro Cunha Lima, no Senado, de hoje a sexta-feira, das 9h às 18h.



Comissão de Educação vota mais recursos para o Fundef

A Comissão de Educação (CE) vota amanhã projeto que aumenta a contribuição da União para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). O projeto, de autoria do senador Paulo Souto (PFL-BA), constava da pauta da reunião da última terça-feira, mas não foi votado, por solicitação do líder do PT, Eduardo Suplicy (SP). A intenção do senador petista foi levar a proposta para análise pela equipe de transição do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva.

O projeto eleva de forma gradual o valor da contribuição da União para o Fundef. O relator José Jorge (PFL-PE) disse que a intenção é fazer com que o Fundef cumpra a sua função constitucional de garantir a melhoria da qua-



Proposta de Paulo Souto prevê aumento gradativo da parcela de contribuição federal

lidade do ensino e a valorização salarial dos professores. Segundo o relator, a participação da União vem caindo ano a ano.

Caso o projeto seja aprovado pela CE, seguirá para análise da Comissão de Assuntos Econômicos, para votação em caráter terminativo.

Célio Azevedo

Congresso mostra arte indígena de Rondônia

Será realizada hoje, às 18 horas, no Salão Branco do Congresso Nacional, a solenidade de abertura da Exposição de Arte e Cultura Indígena de Rondônia, numa iniciativa da Subsecretaria de Relações Públicas do Senado e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

A exposição será composta de sete estandes, no formato de ocas, onde sete diferentes etnias apresentarão seus trabalhos. Em cada estande haverá um representante da etnia para dar informações aos visitantes sobre os artesanatos em exibição. A mostra estará aberta ao público até sexta-feira, das 9 às 18 horas.

O evento integra o Programa de Artesanato de Rondônia, desenvolvido pelo Sebrae naquele estado.



AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 25 DE NOVEMBRO DE 2002

PLENÁRIO

14h30 – Sessão não deliberativa

PREVISÃO

PLENÁRIO

Terça-feira

14h30 – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 2/02 que altera o parágrafo 5º do artigo 212 da Constituição federal sobre destinação do salário-educação; primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 52/01 que acrescenta inciso e parágrafo único ao artigo 49 e inciso ao artigo 84 da Constituição federal sobre competências privativas do Congresso Nacional e da Presidência da República relativos aos atos internacionais; primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 21/01 que altera a redação do artigo 6º da Constituição federal, incluindo a alimentação nos direitos sociais; e PDLs aprovando atos que autorizam o funcionamento de rádios comunitárias.

Quarta-feira

14h30 – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: votação, em primeiro turno, da PEC nº 29/00 que introduz modificações na estrutura do Poder Judiciário; votação, em segundo turno, da PEC nº 32/01 que altera o inciso II do artigo 37 da Constituição federal para permitir o desenvolvimento funcional de ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente, mediante processo seletivo; entre outras matérias.

Quinta-feira

10h – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: primeira sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 16/02 que altera o inciso do artigo 159 da Constituição federal (cria percentual do IR e IPI para aplicação de recursos em instituições federais de ensino superior localizadas na Amazônia Legal); entre outras matérias.

Sexta-feira

9h – Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Terça-feira

10h – Comissão de Assuntos Econômicos

Ala Senador Alexandre Costa – Sala 19

11h30 – Comissão de Educação

Ala Senador Alexandre Costa – Sala 15

17h – Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul

Ala Senador Alexandre Costa – Sala 15

17h30 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Ala Senador Alexandre Costa – Sala 7

Após ordem do dia – Comissão de Assuntos Econômicos

Ala Senador Alexandre Costa – Sala 19

Após ordem do dia – CPI das ONGs

Ala Senador Nilo Coelho – Sala 02

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações



Zuleika de Souza

Interlegis instala mais 1.388 microcomputadores

Câmaras municipais que aderirem ao programa receberão, sem ônus, uma estação de trabalho composta por microcomputador e impressora a *laser*

A sede da Comunidade Virtual do Poder Legislativo em Brasília

PÁGINA 3

Interlegis: o Legislativo rumo ao futuro

O programa visa formar a Comunidade Virtual do Poder Legislativo

PÁGINA 3

Verifique se o seu município receberá o microcomputador até o início de 2003

PÁGINA 4

A palavra do diretor nacional

Este início de século tem sido marcado pela confirmação das transformações que se desenharam na década passada. O mundo experimentou, principalmente nos últimos anos, uma evolução tecnológica jamais vista, pelo menos em um intervalo tão curto. Adaptar as diversas atividades a estes novos tempos é um desafio que nos impõe o compromisso com o futuro. Sob essa égide, o programa Interlegis representa o esforço do Congresso Nacional em se colocar no mesmo ritmo da revolução digital.

A busca da transparência, a democratização das informações, a possibilidade de esta-

belecer uma comunidade política virtual que congregue vereadores, deputados, senado-



Senador Carlos Wilson, diretor nacional do programa Interlegis

res e ministros do Tribunal de Contas são os objetivos primários desse programa. A interação entre parlamentares de todas as esferas com seu eleitor, praticamente em tempo real, é o desenho de uma moderna atividade política que, até pouco tempo atrás, poderia ser relacionada entre a ficção e a utopia.

A modernidade exige da atividade política a transparência dos seus compromissos e a materialização de sua representatividade. Por essa razão, temos plena convicção de que o Interlegis representa um avanço irreversível no aprimoramento da atividade parlamentar.



Expediente:

Mesa do Senado Federal

Presidente: Ramez Tebet

1º Vice-Presidente:
Edison Lobão2º Vice-Presidente:
Antonio Carlos Valadares1º Secretário:
Carlos Wilson2º Secretário:
Antero Paes de Barros3º Secretário:
Ronaldo Cunha Lima4º Secretário:
Mozarildo CavalcantiSuplentes de Secretário:
Alberto Silva, Marluce Pinto
e Maria do Carmo AlvesDiretor-Geral:
Agaciel da Silva MaiaSecretário-Geral da Mesa:
Raimundo Carreiro SilvaDiretor Nacional do
Programa Interlegis:
Senador Carlos WilsonDiretor-Executivo do
Centro de Informática e
Processamento de
Dados do Senado
Federal – Prodasen:
Mário Lúcio Lacerda de
MedeirosDiretor da Coordenação
Especial do Programa
Interlegis:
Paulo Fontenele e SilvaChefe do Serviço de
Formação da
Comunidade Virtual do
Poder Legislativo:
Andréa Valente da CunhaEdição:
Eunice VarelaReportagem:
Carla Spegiorin, Juliano
Pires e Marcelo RebeloDiagramação e arte:
Jornal do Senado
Círio QuartimEndereço do Programa
Interlegis:
Via N2, Anexo E, do Senado
Federal
70165-900 Brasília DF
Tel: (0xx61) 311-2556
www.interlegis.gov.br
Informa@interlegis.gov.br

EDITORIAL

Construindo o amanhã

Ao completar o seu segundo ano de efetiva implementação, o programa Interlegis, criado e administrado pelo Prodasen, consolida sua atuação como a mais importante iniciativa de modernização do Legislativo já adotada no Brasil. Superada a fase inicial de edificação da sede e da implantação da Rede Nacional Interlegis, interligando todas as assembleias estaduais com o Senado Federal, a Câmara dos Deputados e o Tribunal de Contas da União, iniciou-se, em 2001, a operação da rede e a distribuição dos primeiros 612 equipamentos de informática para as câmaras municipais. Alicerçado nessas realizações, o Interlegis alcançou importantes resultados em 2002.

Estão sendo distribuídos mais 1.388 computadores, totalizando 2.000 municípios integrados ao programa, no início de 2003.

O Portal Interlegis, ponto de encontro da Comunidade Virtual do Poder Legislativo, foi reformulado em agosto, mudou a apresentação e ampliou a disponibilidade de leis federais, estaduais e municipais. Com isso, o número mensal de visitas ao *site* passou de cerca de 40 mil, em março, para 92 mil em outubro.

Em 2002, a grande prioridade do programa passou a ser a formação da comunidade do Legislativo brasileiro, com a realização de cinco seminários regionais, 23 videoconferências e vários cursos sobre informática básica, o papel do vereador, orçamento público e qualidade no Legislativo, permitindo o treinamento somente no segundo semestre, de 1.336 vereadores

e funcionários das casas legislativas.

Outra marca da ação do Interlegis em 2002, na área de programas para o Legislativo, foi a disseminação do "Sistema de Apoio ao Processo Legislativo – SAPL", graças ao treinamento básico Interlegis em informática e o desenvolvimento do Sistema de Apoio à Atividade Parlamentar – Saap, cuja primeira versão estará concluída até o final do ano.

O Interlegis adquiriu, assim, condições para intensificar suas ações em 2003, em um contexto de novos desafios, produzidos pela ampla renovação do

Senado Federal, da Câmara dos Deputados e das assembleias legislativas estaduais. Os resultados até aqui obtidos indicam que o programa está preparado para enfrentar esses desafios, permitindo a construção de um amanhã mais democrático e fortalecendo a cidadania brasileira.



Paulo Fontenele e Silva
Diretor da Coordenação Especial do Programa Interlegis

ARTIGO

Interlegis implementa educação a distância

Horácio da Silva Figueiredo Júnior é presidente da Câmara Municipal de Guajará-Mirim (RO); Giselle Benatti Bodini é oficial parlamentar da Câmara Municipal de Pirassununga (SP); Todos estudam juntos, mas não se conhecem pessoalmente. Juntamente com outras 350 pessoas, são alunos da Educação a Distância (EAD), uma atividade do programa Interlegis.

Ao contrário dos alunos de cursos presenciais, eles não precisam ir à escola. Podem estudar em qualquer local onde haja um computador ligado à Internet. Também não há horários fixos para as aulas: eles estudam quando podem. "Isso facilita muito minha vida!" diz uma vereadora-aluna: "...com os trabalhos da câmara municipal e as obrigações de família, eu não teria condições para frequentar cursos regulares".

Os cursos da Educação a Dis-

Alaciel Franklin Almeida
Coordenador da Área de
Educação a Distância do
programa Interlegis

tância Interlegis utilizam a Internet. Os materiais de estudo são preparados especialmente para a realidade do Poder Legislativo. O sistema de ensino é criado com a preocupação de atender cada aluno da melhor maneira possível; assim, alunos com boa base podem completar o curso com rapidez, estudando em nível de maior generalidade os pontos que ainda não conhecem. Alunos muito bons podem receber desafios especiais, que os levam a aprofundar seus conhecimentos. Alunos menos avançados encontram oportunidade de estudar os conteúdos em nível detalhado.

Solidão não é mais problema nos cursos da EAD Interlegis! No passado, os cursos de

Educação a Distância sofriam de um grande problema: a desistência. As dificuldades para esclarecer dúvidas ou dialogar com professores e colegas davam origem a um sentimento de abandono que levavam muitos a desistir. Para enfrentar esse problema, a EAD Interlegis utiliza dois recursos pedagógicos importantes: tutoria e atividades em grupo. O tutor é um profissional que orienta e ajuda os alunos a esclarecer dúvidas, representa e defende o ponto de vista dos alunos junto à administração do curso. As atividades em grupo criam oportunidades para colaboração mútua entre alunos: discussão de problemas, troca de idéias e experiências. Tanto na tutoria como nos trabalhos em grupo, as dificuldades relativas a distância são vencidas utilizando a Internet e o telefone.

Embora produzidos dentro das melhores técnicas pedagógicas, os cursos da EAD Interlegis não fazem milagre. Para aprender, continua sendo necessário estudar! As boas condições para estudo é que fazem a diferença. Débora Dutra da Silva, aluna do curso "Busca da Qualidade" diz: "É bom estudar com materiais bem escritos e tutor dedicado. A troca de idéias ajuda a aprender e aproxima as pessoas!"

A EAD colabora na formação da comunidade Interlegis: utilizando a rede de informática para estudar, alunos de todo o país vão se tornando mais próximos e, com isso, aproximam as casas legislativas a que pertencem. Este, naturalmente, é o objetivo maior do programa Interlegis: contribuir para a integração dos componentes do Poder Legislativo brasileiro e, ao mesmo tempo, colaborar na modernização e aperfeiçoamento desse Poder.

Dois mil municípios estarão conectados ao Interlegis em 2003

O programa Interlegis já conecta todas as assembleias legislativas, o Senado Federal, a Câmara dos Deputados e o Tribunal de Contas da União por rede privada, a Rede Nacional Interlegis – RNI. Até o final deste ano, mais de mil câmaras municipais participarão do programa por meio da Internet. No primeiro semestre de 2003, duas mil câmaras estarão com seus equipamentos em funcionamento.

O Interlegis, concebido pelo Prodasen, é o primeiro grande programa de modernização, em escala nacional, do Legislativo brasileiro, permitindo melhorar a comunicação e o fluxo de informações entre as casas legislativas, os parlamentares e os cidadãos. A distribuição dos equipamentos do programa às câmaras municipais teve início em 2001, pelos municípios-pólo, conforme definidos pelo IBGE.

Parlamentares e casas legislativas de qualquer estado ou município podem participar do programa Interlegis. Aqueles que fizerem sua adesão terão direito a um endereço eletrônico (*e-mail*) no domínio [interlegis.gov.br](http://www.interlegis.gov.br), e poderão desenvolver suas páginas para Internet e utilizar o Portal Interlegis para abrigá-las, além de navegar e fazer buscas na rede mundial de computadores, participar de cursos a distância, obter e trocar informações sobre a experiência parlamentar em outros estados e



Vereadores do noroeste do Paraná aderem ao programa Interlegis

municípios.

Para Cândida Silveira, responsável pelo programa na Assembleia Legislativa do estado da Paraíba, o Interlegis transformou a estrutura de informática da Casa. "Antes, só tínhamos computadores antigos, não estávamos em rede e nem conectados a uma comunidade legislativa mais ampla. Além disso, os equipamentos deram um novo ritmo aos trabalhos da assembleia. Tudo o que produzimos está disponível na Internet, graças ao programa Interlegis."

Ao assinar o convênio de participação com o Interlegis, as câmaras municipais se habilitam a receber, sem nenhum custo, um moderno microcomputador, impressora a laser e equipamento para conexão à Internet, que também permite a montagem de pequena rede local.

Para que os equipamentos sejam instalados, as câmaras municipais devem reservar um espaço com mobiliário adequado, dispendo de ponto de ligação telefônica e rede elétrica aterrada.

Adesão

Para que a adesão seja efetivada, no caso das câmaras municipais é necessário constar no formulário a assinatura do presidente da Casa e o envio da ficha original pelos Correios. Os parlamentares também devem preenchê-la e enviá-la pe-

los Correios.

O formulário de adesão de casa legislativa e o formulário de adesão de parlamentar podem ser solicitados pelo telefone (0xx61) 311-2556, ou obtidos por meio do endereço eletrônico indicado abaixo:

www.interlegis.gov.br/adesao

Novos cursos a distância

A partir de março têm início dois novos cursos, via Internet. Parlamentares, funcionários do Legislativo e cidadãos poderão participar dos cursos "Introdução ao Orçamento Público II" e "Lei de Responsabilidade Fiscal I", cujas inscrições deverão começar no dia 20 de janeiro de 2003, na seção de Educação do Portal Interlegis (www.interlegis.gov.br).

Além desses dois cursos, também começam em março as próximas turmas dos treinamentos já oferecidos pelo Interlegis: "O Papel do Vereador", "Educação a Distância Interlegis",

"Busca da Qualidade" e "Introdução ao Orçamento Público I". Essas turmas estão com as inscrições abertas no Portal Interlegis.

A área de Educação a Distância do Interlegis objetiva capacitar e aperfeiçoar a Comunidade Virtual do Poder Legislativo.

Mais informações no site
www.interlegis.gov.br
ou no e-mail
educar@interlegis.gov.br

Portal Interlegis: ponto de encontro da comunidade legislativa

O Portal do Interlegis (www.interlegis.gov.br) é o ponto de encontro da Comunidade Virtual do Poder Legislativo. Por seu intermédio, legisladores federais, estaduais e municipais podem obter e trocar informações para o seu trabalho legislativo.

Os usuários encontram no site uma variedade de assuntos de interesse da comunidade legislativa. O portal vem sendo enriquecido a cada dia com a legislação federal, estadual e municipal. Nele já se encontram a Constituição federal, todas as constituições estaduais e as leis orgânicas das capitais, além de todas as leis complementares federais, o novo Código Civil, o Estatuto da Cidade e outras importantes leis federais, característica que o distingue dos demais portais.

O internauta pode acompanhar notícias do Legislativo, obter in-

formações sobre os cursos e serviços oferecidos pelo Interlegis. São também oferecidos links para sites importantes da área de comunicação e terceiro setor, além do Senado Federal, Câmara dos Deputados, assembleias legislativas e câmaras municipais.

Para os parlamentares e casas legislativas participantes do programa, há uma área de acesso restrito, permitindo a inserção de informações e o envio de mensagens.

As páginas do portal são atualizadas pela comunidade. Um editor local seleciona os conteúdos, como artigos e notícias, e um editor nacional faz a seleção global do que vai ser publicado. Os legisladores que aderiram ao programa poderão hospedar sua página no portal e nela inserir informações sem que passem por editores.

SISTEMAS CRIADOS PELO INTERLEGIS AUTOMATIZAM O PROCESSO LEGISLATIVO

A informatização do processo legislativo é uma das prioridades do programa Interlegis. Pensando nisso, os técnicos do Serviço de Desenvolvimento de Tecnologia e Produtos (STC) do Interlegis desenvolveram o Sistema de Apoio ao Processo Legislativo (SAPL), programa que visa automatizar as principais rotinas da área-fim de uma casa legislativa.

Segundo a analista de sistemas do STC, Wu Man Qi, o SAPL aumenta a agilidade na discussão e aprovação de atos normativos da instituição. Ele permite também a recuperação ágil de informações sobre a tramitação das matérias legislativas e a divulgação na Internet.

Além do SAPL, os técnicos do STC estão desenvolvendo novo produto: o Sistema de Apoio à Atividade Parlamentar (Saap). Ele será feito de forma evolutiva, com o lançamento sucessivo de versões que incorporem as sugestões e recomendações feitas pelos membros da comunidade.

O primeiro módulo permitirá o cadastramento de pessoas físicas, jurídicas, de endereços, telefones e dados pessoais. O segundo será uma agenda com armazenamento de tarefas e compromissos. O terceiro vai possibilitar a interação do parlamentar com eleitores e entidades afins.



Câmaras municipais que receberão microcomputador do Interlegis até o início de 2003

Dados referentes ao dia 12 de novembro de 2002

ACRE

Manoel Urbano
Porto Acre
Senador Guiomard
Xapuri
Capixaba
Epitaciolândia

ALAGOAS

Arapiraca
União dos Palmares
Chã Preta
Coqueiro Seco
Feliz Deserto
Limoeiro de Anadia
Maribondo
Matriz de Camaragibe
Palestina
Roteiro
Jacaré dos Homens
Rio Largo
Jaramatã
Barra de Santo Antônio
Pariconha
Joaquim Gomes
Junqueiro
Mar Vermelho
Satuba
Paulo Jacinto
Marechal Deodoro
Passo de Camaragibe
Dois Riachos
Coruripe
Jequiá da Praia
Santana do Mundau

AMAZONAS

Alvarães
Novo Aripuanã

AMAPÁ

Pracuúba

BAHIA

Itapicuru
Maracás
Coração de Maria
Amélia Rodrigues
Esplanada
Apuarema
Prado
Souto Soares
Mata de São João
Quijingue
Carinhanha
Pojuca
Ibitaitaia
Amargosa
Taperoá
Iguai
São Félix do Coribe
Itapitanga
Eunápolis
Serrolândia
Abaré
Ichu
Iaçú
Teodoro Sampaio
Correntina
Itanagra
Iraquara
América Dourada
Banzaê
Santaluz
Luís Eduardo Magalhães
Governador Mangabeira
Ibitiara
Morpará
Aracatu
Caldeirão Grande

CEARÁ

Tabuleiro do Norte
Altaneira
Miraima
Caucaia
Maracanã
Pindoretama
Aracoiaba
Acopiara
Tejuococa
Bela Cruz
Nova Russas
Acará
Russas

ESPÍRITO SANTO

Vargem Alta
Muqui
Guaçu
Caracica

Ecoporanga
Vila Velha
Itarana
Aracruz
Luna
Rio Bananal

GOIÁS

Mineiros
Uruana
Inaciolândia
Teresina de Goiás
Alvorada do Norte
Aparecida de Goiânia
Iaciara
Ipameri
Monte Alegre de Goiás
Corumbá de Goiás
Aloândia
São João D'Alcântara
Rubiataba
Cavalcante
Gouvelândia
Sanclerlândia
Luziânia
Itaguari
Valparaíso de Goiás
Goiânia
Bonfinópolis
Santa Helena de Goiás
Alto Horizonte
Novo Planalto
Gameleira de Goiás
Planaltina
Campos Verdes
Caçu
Nazário
Cezarina
Doverlândia

MARANHÃO

Davinópolis
Montes Altos
João Lisboa
Parabano
Benedito Leite
Estreito

MINAS GERAIS

Cássia
Betim
Areado
João Pinheiro
Sacramento
Coromandel
Francisco Sá
Lagoa Dourada
Oratórios
Raposos
Carandá
Arimas
Ribeirão das Neves
Alpinópolis
Sabinópolis
Jaíba
Ferros
Visconde do Rio Branco
Wenceslau Braz
Juatuba
Carmo do Cajuru
Santo Antônio do
Aventureiro
Alterosa
Timóteo
Cana Verde
Mateus Leme
Antônio Dias
Braúnas
Dionísio
Ipaba
Jaguaraçu
Vargem Alegre
Mesquita
Naque
Periquito
Pingo D'Água
São João do Oriente
São José do Goiabal
Santana do Paraíso
Marmelópolis
Sardoá
Tumiritinga
Pirapetinga
Ibiá
Recreio
Buena Brandão
Funilândia
Santo Antônio do Rio Abaixo
Bumadinho
Bugre
Lagoa Santa

Sobralia
Capitão Andrade
Muzambinho
Botelhos
Divisa Nova
Fernandes Tourinho
Lagoa da Prata
Tapira
Campestre
Juruaia
Dona Euzébia
Formoso
Cordisburgo
Riacho dos Machados
Cachoeira da Prata
Pratápolis
Bandeira do Sul
São José do Divino
Santa Rita do Ituêto
Nova Modica
Juramento
Itaobim
Capetinga
Guimarânia
Gonzaga
Jacinto
Divisa Alegre
Córrego Novo
Santa Bárbara
Santa Luzia
Tupaciguara
Machado
Cachoeira de Pajeú

MATO GROSSO DO SUL

Dourados
Taquarussu
Rio Brillante
Pedro Gomes
Mundo Novo
Batayporã
Ladário
Ponta Porã
Bandeirantes
Amambai
Vicentina
Antônio João
Camaquã
Guia Lopes da Laguna

MATO GROSSO

São Félix do Araguaia
Poxoréo
Arenópolis
Chapada dos Guimarães
Feliz Natal
Curvelândia
Nova Ubitatã
Pontal do Araguaia
Rio Branco
Ribeirãozinho
Santo Antônio do Leste
Sapezal
Vila Rica
Lambari D'Oeste
Brasnorte
São José dos Quatro Marcos
Jauru
Santa Carmem
Nova Olímpia
Novo Mundo
Apiacás
Colniza
Querência
Pontes e Lacerda
Itiquira
Campos de Júlio

PARÁ

Bannach
Santana do Araguaia
Água Azul do Norte
Itupiranga
Jacundá
Juruti
São Geraldo do Araguaia
Nova Esperança do Piriá
São João do Araguaia

PARAÍBA

Assunção
Boa Vista
Cabaceiras
Caturité
Conde
Pedro Régis
Poço de José de Moura
São Domingos de Pombal
Triunfo
Uiraúna
Vieirópolis

Bom Jesus
Livramento
São Francisco
Aguair
Tenório
Zabelê
Marí
Logradouro
Coxixola
Jacaraú
São João do Tigre
Serra Grande
Tavares
Cruz do Espírito Santo
Araruna
Brejo do Cruz
Belém de Brejo do Cruz
Baía da Traição
Fagundes
Puxinanã
Camalau
São José de Caiana
Pombal
Gado Bravo
Alagoa Grande

PERNAMBUCO

Nazaré da Mata
Arcoverde
Camaragibe
Itapetim
Tacimbó
Canoatins
Petrolina
Afogados da Ingazeira
Ribeirão
Taquaritinga Norte
Cedro
Calçados
São José do Belmonte
Verdejante

PIAUI

Fronteiras
Manoel Emídio
Socorro do Piauí
Colônia do Gurugiá
Parnaíba
Altos
Curimatá
Jurema
Jaicós
São Lourenço do Piauí
Pau D'Arco do Piauí
Monsenhor Gil
Pio IX

PARANÁ

Tamboara
Pérola do Oeste
Santa Helena
Sertãozinho
Japurá
Palotina
Rio Azul
São Miguel do Iguaçu
Campo Magro
Terra Rica
Pinhão
Araucária
Foz do Jordão
Coronel Vivida
Rancho Alegre D'Oeste
Tomazina
Quarto Centenário
Cambará
Ampére
Rosário do Ivaí
Coronel Domingos Soares
Itaúna do Sul
Conselheiro Mairinck
Altamira do Paraná
Araruna
Boa Esperança
Roncador
Terra Boa
Ubiratã
Campina da Lagoa
Juranda
Farol
Iretama
Quinta do Sol
Barra do Jacaré
Nossa Senhora das Graças
Mallet
Arapuã
Santa Cruz de Monte Castelo
Santa Amélia
Jundiá do Sul
Mariluz

Pontal do Paraná

RIO DE JANEIRO

Miracema
Pinheiral
Cachoeiras de Macacu
Paty do Alferes
Mendes
Quissamã
Araruama
Carapebus
Macuco
Niterói
Piraí
Teresópolis
Cardoso Moreira
São José de Ubá
Areal
Natividade
Itaocara
Cordeiro
Mangaratiba
Italva
Paraty
Porciúncula
Aperibé

RIO GRANDE DO NORTE

Paraná
Jaçanã
São Bento do Norte
Martins
Doutor Severiano
Senador Elói de Souza
Goianinha
Rafael Godeiro
Serra do Mel
Santo Antônio
São João do Sabugi
Macaíba
Serrinha dos Pintos
Luiz Gomes
Mossoró
Ielmo Marinho
Lagoa de Velhos
São Paulo do Potengi
Alto do Rodrigues
Poço Branco
Pedro Avelino
Campo Redondo
Guamaré
São Bento do Trairi
Triunfo Potiguar
Santana do Seridó

RONDÔNIA

São Miguel do Guaporé
Cerejeiras
Teixeirópolis
Ministro Andreazza
São Francisco do Guaporé
Corumbiara

RORAIMA

Uiramutã
Bonfim
Alto Alegre
Mucajai
Pacaraima
Normandia
Caroebe

RIO GRANDE DO SUL

Cachoeirinha
São Borja
Tuparendi
Tupanciretã
São Nicolau
Pinhal Grande
Porto Lucena
Tenente Portela
Tapera
Minas do Leão
Santa Bárbara do Sul
Chiapetta
Santana da Boa Vista
Farroupilha
Barra do Ribeiro
Silveira Martins
Turuçu
Porto Mauá
Gramado
Santo Augusto
Barra do Quaraí
Ernestina
Paraíso do Sul
Torres
Sete de Setembro
Charqueadas
Bosoroca
Pinheiro Machado

Chui

Jari
São Francisco de Assis
Alegrete
São Vicente do Sul
Cândido Godói
Esteio
Rosário do Sul
São Leopoldo
Santo Antônio da Patrulha
Lindolfo Collor
Relvado
Vila Nova do Sul
Dois Irmãos
São José do Hortêncio
Bom Princípio
Presidente Lucena
Estância Velha
São José do Ouro
Ivoti
Tio Hugo
Portão
Alto Feliz
São Vendelino
Jaguari
Novo Hamburgo
Santo Cristo
Ibirapuitã
Três Coroas
Cerro Grande do Sul
São Martinho da Serra
Paulo Bento
Novo Machado
Alegria
Doutor Maurício Cardoso
Boa Vista do Buricá
Tucunduva
Quatro Irmãos
Novo Barreiro
São Luiz Gonzaga
Chapada
Novo Cabrais
Salvador das Missões

SANTA CATARINA

Orleans
Xaxim
Jacinto Machado
São Francisco do Sul
Jardínópolis
Coronel Freitas
Arroio Trinta
Quilombo
Capão Alto
Ibirama
Correia Pinto
Gaspar
Modelo
Porto União
São Cristóvão do Sul
Morro da Fumaça
Morro Grande
Praia Grande
Forquilha
Dona Emma
Aglolândia
Agronômica
Santa Terezinha
Rio do Campo
Penha
Braço do Norte
Governador Celso Ramos
São Domingos
Nova Trento
São Ludgero
Bom Retiro
Chapadão do Lageado
Salete
Petrolândia
Grão-Pará
Lontras
Herval d'Oeste
Dionísio Cerqueira
Pauso Redondo
Trombudo Central
Presidente Getúlio
Laurentino
São Joaquim
Painel
Catanduvas
Urupema
Bom Jardim da Serra
Brunópolis
São José do Cedro
Otacílio Costa
Fraiburgo
Urubici
Caçador
Porto Belo
Faxinal dos Guedes
Major Vieira

Guaraciaba

Mirim Doce
Palmitos
Brusque
Jaraguá do Sul
São Bonifácio
Rio Negrinho
Planalto Alegre
Aurora

SERGIPE

São Cristóvão
Japoatã
Laranjeiras
General Maynard

SÃO PAULO

Rancharia
Itacemópolis
São Vicente
Santo André
Sarapuá
Pirajuí
Garça
Estância Balne. de Peruibe
Campo Limpo Paulista
Jardínópolis
Matão
Diadema
Paraguacu Paulista
Bertioga
São Bernardo do Campo
Pereira Barreto
Ilha Solteira
Sumaré
Piracaiá
Magi Guaçu
Santa Mercedes
Guaraçai
Flórida Paulista
Paraíso
Piquete
Paulicéia
Ouro Verde
Santo Expedito
Dumont
Pitangueiras
Nova Aliança
Itaoca
Guariba
Santo Antônio do Aracanguá
Canas
São José do Rio Pardo
Piracicaba
Estância Tur. de Holambra
Piraju
Pindorama
Praia Grande
Bastos
Mairinque
Rubinéia
Caçapava
São Caetano do Sul
Pirapozinho
Nova Luzitânia
Boituva
Arianha
Sales
Santa Adélia
Novais
Estância de Ibirá
Mauá
Análândia
São Roque
Brotas
Irapuã
Urupês
Campina do Monte Alegre
Santo Albertina
Angatuba
Monte Alegre do Sul
Ituverava

TOCANTINS

Abreulândia
Cariri do Tocantins
Esperantina
Miranorte
Conceição do Tocantins
Nova Olinda
Dueré
Tupirama
Arapoema
Colinas do Tocantins
Augustinópolis
Alvorada
Darcinópolis
Peixe
Arraias
Riachinho

Projeto que reduz imposto de cesta básica está em pauta

Projeto de resolução do senador Ramez Tebet (PMDB-MS) que permite a redução a zero da alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre produtos da cesta básica é o primeiro item da pauta que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) vota amanhã, às 10 horas. O projeto altera a Resolução nº 22 do Senado.

A proposta tem parecer favorável do relator na comissão, senador João Alberto Souza (PMDB-MA), que apresentou três emendas ao texto original. João Alberto destaca a justificativa apresentada pelo autor, segundo a qual "32 milhões de brasileiros apresentam deficiências de consumo calórico e protéico, devendo ser adotado, como prioridade de política social, o barateamento dos produtos alimentícios de consumo popular componentes da cesta básica".

CRISE DA VARIG

A Comissão de Assuntos Econômicos também deve continuar a analisar amanhã a crise financeira da Varig, maior companhia aérea brasileira, que tem um passivo de mais de US\$ 900 milhões. Depois de receber representantes dos tra-



Tebet: baratear cesta básica deve ser prioridade

balhadores, em audiência pública na última terça-feira, os senadores ouvirão agora a direção da empresa. Foram convidados Arnin Lore, diretor-presidente da companhia, e Yutaka Imagawa, presidente do Conselho Curador da Fundação Rubem Berta, detentora do

controle acionário da Varig.

Na reunião passada, o representante da Associação dos Pilotos da Varig (Apvar), Élnio Borges, disse que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) planeja financiar a reestruturação da empresa sem atacar o problema que ele considera o principal responsável pela crise: o controle administrativo da companhia. A associação encomendou um plano de reestruturação para oferecer ao BNDES. O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) se comprometeu a tentar garantir a participação do técnico responsável pelo plano na audiência. O presidente do banco, Eleazar de Carvalho, também é um dos convidados a comparecer à CAE, assim como o representante do Comitê de Credores da Varig, Álvaro de Sá Freire Júnior.

CAS analisa indicação para ANS e projetos de apoio a idoso

Em sua reunião de quarta-feira, às 9h, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deverá se pronunciar sobre a recondução de Maria Stella Gregori ao cargo de diretora da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Atualmente ela é a diretora de fiscalização da ANS. O relator da mensagem do presidente da República é o senador Benício Sampaio (PPB-PI).

Também integra a pauta de 18 itens da CAS substitutivo da senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) a projeto do senador Carlos Wilson (PTB-PE) que obriga hospitais públicos e privados a possuir ambulatórios e unidades de internação destinados preferencialmente ao atendimento de pessoas idosas.

A CAS deverá ainda discutir dois pareceres que tratam da utilização de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Em um deles, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) é favorável à aprovação de projeto do senador Ricardo Santos (PSDB-ES) que pro-

põe a liberação do FGTS para desempregados investirem na abertura ou expansão de empreendimentos próprios. O outro é o substitutivo do senador Geraldo Althoff (PFL-SC) ao projeto do senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) que possibilita o uso do FGTS para quitação de prestações atrasadas ou a vencer de financiamentos habitacionais.

A pauta inclui substitutivo de Ademir Andrade a projeto da Câmara que, na versão original, determinava atendimento preferencial nas instituições e unidades de saúde para marcação de consultas ambulatoriais e exames complementares ao idoso, gestantes, portadores de deficiência física e crianças de primeira idade. Ademir fez algumas modificações no texto para adequá-lo à legislação em vigor. Sua proposta determina o atendimento prioritário para portadores de deficiência física, pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, gestantes, lactentes e pessoas com crianças de colo.

Votação da reforma do Judiciário começa quarta

Proposta de emenda constitucional, relatada por Bernardo Cabral, determina alterações profundas na estrutura da Justiça brasileira

Está prevista para quarta-feira a votação, em primeiro turno, da proposta de emenda constitucional que altera a estrutura do Poder Judiciário. O texto adotado pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), com grande número de emendas apresentadas em Plenário, representa a mais ampla reforma da Justiça do país desde que, em abril de 1977, o então presidente Ernesto Geisel editou, durante o recesso do Poder Legislativo, o que ficou conhecido como "Pa-



Bernardo Cabral elaborou relatório após amplo debate

cote de Abril". Ao contrário do "pacote", porém, o texto a ser votado agora foi intensamente debatido pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) com membros do Judiciário, juristas e representantes de entidades de classe. Entre as inúmeras propostas que integram a reforma do Judiciário estão mudanças que exigem eleições diretas para os órgãos diretivos dos tribunais, autorizam integrantes do Ministério Pú-

Roosevelt Pinheiro

blico a oferecer lista tríplice para a escolha do procurador-geral da República e conferem ao Supremo Tribunal Federal competência para julgar, nos crimes de responsabilidade, juízes de direito, juízes federais, desembargadores e membros dos Tribunais Regionais Federais.

Amanhã, o Senado discute outras propostas de emenda constitucional. Entre elas, a do senador Ricardo Santos (PSDB-ES) que estende o benefício do salário-educação para a educação infantil, e a do senador Roberto Requião (PMDB-PR) sobre as competências privativas do Legislativo e do Executivo em relação a atos internacionais.

Orçamento avalia proposta para salário mínimo

A Comissão Mista de Orçamento decide amanhã se concorda com uma proposta do Partido dos Trabalhadores (PT) de criar, no Orçamento de 2003, um fundo social de R\$ 6,84 bilhões, o qual seria usado para bancar emendas dos parlamentares e para financiar o aumento do salário mínimo. A decisão sobre o percentual de reajuste do mínimo, no entanto, seria do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, em abril do próximo ano.

A proposta foi apresentada ao Comitê de Receitas do Orçamento na quinta-feira. O comitê reestimou a arrecadação tributária para o próximo ano, aumentando em R\$ 16,66 bilhões

a previsão apresentada ao Congresso pelo Executivo, a qual passou de R\$ 309,44 bilhões para R\$ 326,1 bilhões. Os R\$ 6,84 bilhões do fundo social sairão desses R\$ 16,6 bilhões de arrecadação adicional. Os R\$ 9,82 bilhões restantes se destinam constitucionalmente aos estados e municípios, educação, saúde, Fundo de Combate à Pobreza e superávit primário.

O relator-geral do Orçamento, senador Sérgio Machado (PMDB-CE), afirmou que adotará em seu



Machado acatará decisão dos líderes e da comissão

José Cruz

parecer o que os líderes partidários e o plenário da comissão decidirem.

— Teremos nessa reserva social no mínimo R\$ 6,8 bilhões, e a comissão decidirá quanto será usado nas emendas e quanto no salário mínimo. É claro que existem resistências à ideia de

deixar para o presidente eleito a decisão sobre o valor do mínimo. E existe também quem queira fixá-lo agora em R\$ 240 — comentou Sérgio Machado.

Divulgação de pesquisa eleitoral pode ser limitada

A publicação de pesquisas eleitorais poderá sofrer restrições, principalmente quanto ao período de divulgação, se for aprovada proposta de emenda constitucional do senador Sérgio Machado (PMDB-CE) que tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A



Osmar deu parecer favorável ao projeto sobre pesquisas

Roosevelt Pinheiro

estabelece que lei federal poderá definir essas restrições a fim de preservar a vontade do eleitor. Ele afirma, em seu relatório, que a argumentação é válida, pois, de acordo com o autor da proposta, a divulgação de pesquisas eleitorais em data próxima ao pleito influencia a decisão do eleitor.

matéria, que compõe a reforma político-eleitoral, tem voto favorável do relator, senador Osmar Dias (PDT-PR), e poderá ser votada ainda este ano pela comissão.

A modificação no texto constitucional, observa Osmar Dias, não define os prazos para a divulgação, mas

"Uma parcela do eleitorado só vota em quem tem chances de vencer as eleições, e a revelação pública de resultados no final de campanha pode desmotivar não só os eleitores, como também a militância, além de prejudicar a obtenção de apoio e de financia-

mento", alerta.

Quando às alegações contrárias que podem surgir, lembra Osmar Dias, de que tal preceito estaria tolhendo a liberdade de informação, consagrada constitucionalmente, ele sustenta que também está previsto que o Estado cuidará para que a divulgação de determinada informação não interfira na formação da opinião ou da vontade do cidadão.

O senador observa que a imposição de limites temporais à divulgação de pesquisas foi conclusão a que também chegou a comissão da reforma político-partidária, nas audiências que promoveu sobre o assunto. Esse tipo de restrição já acontece em outros países, como Espanha e França.

Senador defende manutenção de usina em Boa Vista

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) leu sexta-feira, em discurso no Plenário, ofício que encaminhou ao presidente da Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte), José Antônio Muniz Lopes, manifestando preocupação com informações de que a empresa Boa Vista Energia S. A. (Bovesa) estaria prestes a desfazer-se de duas unidades de geração termoeletrica.

Mozarildo esclareceu ter recebido a informação de que uma das máquinas do parque gerador de Boa Vista estaria sendo “canibalizada” – sofrendo retirada de peças que iriam para o Amapá, enquanto outra, chamada de “UTI”, porque necessitaria em situações de emergência, estaria indo para Manaus. O senador relatou ter telefonado para o presidente da Eletronorte, que esclareceu que a situação do Amapá estava contornada, mas que a “UTI” seguiria mesmo para o estado do Amazonas.

– Enviei o ofício para que amanhã não se diga que um parlamentar federal não se pronunciou a respeito. Espero que não ocorram as medidas. O presidente já me adiantou que, em relação ao Amapá, nada vai ocorrer – afirmou Mozarildo.

No ofício, o senador considera que o deslocamento para outros estados de unidades de geração termoeletrica do parque da Bovesa – que tem três usinas a gás – implicaria ampliação da vulnerabilidade do sistema de alimentação de energia elétrica de Boa Vista e dos municípios interligados.

Mozarildo pede ao presidente da Eletronorte especial atenção e providências “no sentido do estancamento dessas medidas em curso ou em planejamento” sobre cuja evolução, acrescenta, gostaria de ser mantido informado.

O parlamentar referiu-se à importância da linha de transmissão de energia elétrica que vai da Venezuela até Boa Vista – que fornece 200 megawatts (MW) de energia para Roraima –, inaugurada pelos presidentes Fernando Henrique Cardoso e Hugo Chávez, e que, registrou, contou com o empenho do ex-governador de Roraima Neudo Campos.

Comissão espera que Câmara aprove fundo para o São Francisco

Por iniciativa de Waldeck Ornélas, foi enviada moção ao deputado Aécio Neves pedindo imediata instalação da comissão especial que vai examinar a proposta naquela Casa

A aprovação da proposta de emenda constitucional (PEC) que cria o Fundo de Revitalização do São Francisco é fundamental para a implementação das recomendações do relatório final aprovado pela comissão especial que acompanha o projeto de recuperação do rio, segundo afirmou o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE). A PEC, de autoria do parlamentar, destina anualmente R\$ 220 milhões para o fundo.

Diante disso, a comissão especial aprovou moção solicitando ao presidente da Câmara dos Deputados, Aécio Neves (PSDB-MG), urgência na formação da comissão que vai examinar a PEC naquela Casa.

A iniciativa da moção foi do relator Waldeck Ornélas (PFL-BA). Ele lembrou que a proposta já obteve a admissibilidade na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação da Câmara. O desejável, na sua opinião, seria que os líderes dos partidos indicassem o quanto

A bacia do São Francisco é dividida em quatro regiões



antes seus representantes na comissão, para que a análise do mérito da PEC seja feita ainda este ano.

O fundo seria constituído por 0,5% do produto da arrecadação de todos os impostos da União, pelo período de 20 anos, depois de deduzidas as vinculações e participações constitucionais.

Tomando por base o ano 2000, a estimativa é a de que a arrecadação gire em torno de R\$ 220 milhões. Para Ornélas, esses recursos

poderão ser utilizados como contrapartida para alavancar recursos externos, que serão empregados na implementação das obras indicadas pelo relatório.

Conforme Waldeck Ornélas, a importância da aprovação da proposta aumenta à medida que os recursos previstos no Orçamento para o presente exercício (2002), bem como as previsões contidas no Orçamento de 2003, “comprometem a execução do projeto”.

Mozarildo alerta para defesa da Amazônia

Com a citação de matérias publicadas nos jornais *O Globo* e *Folha de S. Paulo* – a primeira sobre reportagem da revista norte-americana *Vanity Fair* a respeito do treinamento de terroristas no Brasil e no Paraguai, e a segunda sobre a desistência da Colômbia de comprar aviões da Embraer –, o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) voltou a alertar para a necessidade de defesa da Amazônia e a vulnerabilidade das fronteiras brasileiras.

Mozarildo informou que a reportagem da *Vanity Fair* aponta a existência de cinco campos de treinamento do Hezbollah e da Al-Qaeda em operação em três cidades do estado de Mato Grosso do Sul e em duas localizadas no Paraguai.

– Isso mostra como mais um ingrediente é colocado para justifi-

car aos olhos do mundo mais uma intervenção dos Estados Unidos, agora no Brasil e no Paraguai. É a pitada final para que os Estados Unidos intervenham de maneira aprovada internamente e consentida nacionalmente – advertiu.

O senador disse que ninguém reagiu à notícia sobre os campos de treinamento de terroristas. “Não vi nenhuma nota do Ministério da Defesa ou da Justiça, ou do presidente da República contestando isso aqui”, frisou.

Quanto à outra matéria, informando que a Colômbia sustou a compra de aviões do Brasil, Mozarildo disse que, por receber dinheiro dos Estados Unidos, aquela nação sul-americana é obrigada a comprar tudo desse país, o que “afeta as relações comerciais entre o Brasil e a Colômbia”.

– A Colômbia foi cedendo, ce-

Protocolos a acordo de comércio devem ser examinados

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) deve examinar amanhã, a partir das 17h30, pareceres dos senadores Lúdio Coelho (PSDB-MS) e Bernardo Cabral (PFL-AM), favoráveis, respectivamente, ao Segundo e ao Quinto Protocolos ao Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços da Organização Mundial do Comércio (OMC).

A CRE também sabatará os diplomatas Ronaldo Edgard Dunlop e Roberto Soares de Oliveira, indicados pelo presidente da República para chefiar as embaixadas brasileiras na República Dominicana e na Hungria.

CPI ouve amanhã diretor da APS e dirigente da Abong

O diretor da APS Consultores e Associados, Alexandre Paes dos Santos, e o presidente da Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (Abong), Sérgio Haddad, serão ouvidos amanhã pela comissão parlamentar de inquérito que investiga a atuação das organizações não-governamentais (ONGs). A reunião está marcada para depois da ordem do dia.

Paes dos Santos vem sendo investigado pelo Ministério Público por ação suspeita junto ao Ministério da Saúde para liberação de medicamento na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). A imprensa também divulgou denúncia feita pela jornalista Alba Chacon, segundo a qual o diretor da APS teria pressionado o Ministério da Saúde para que disponibilizasse o medicamento Glivec aos pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS).



Marluce Pinto é relatora da comissão



Fotos: José Cruz

Fronteiras brasileiras são vulneráveis, diz Mozarildo Cavalcanti